

No dia 29 de março de 1902, em Natal, na sala da biblioteca pública, colégio Atheneu, era criado, por um grupo de intelectuais e republicanos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte com um projeto muito claro: registrar a história local. Esta narrativa revela o que se passou naquele dia e naquele ano, destaca a atuação dos fundadores e como se fez a instituição mais importante do Rio Grande do Norte.

“Fruto de nossos labores, o atestado da nossa tenaz perseverança”, Tavares de Lyra

*“Nada do que é grande começou grande”,
J.de Maistre*

Grêmios e grupos literários, jornais e algumas revistas, na qual circulavam os nomes proeminentes das letras, já notórios e notáveis, eram a tônica dos movimentos intelectuais de uma cidade provinciana que se resumia praticamente a dois bairros, Cidade Alta e Ribeira, e um terceiro, novo, novidade, recém-criado, e que seria habitado por vilas e chácaras.

Futuros bairros de Petrópolis e Tirol, área distante daquele núcleo, dunas e um completo cajual com vista para o mar e os telhados da cidade baixa. Instância de veraneio escolhida pelo industrial Juvino Barreto e o governador Alberto Maranhão, que ali construíram casas. Alberto Maranhão era o governador republicado e a municipalidade se regia pelos intendentess, como determinava a nova constituição da república, de 1891, que substituía a imperial de 1824.

A cidade andava de bonde puxado a burro e a pé, o teatro estava em construção e a iluminação pública das ruas e praças era lampião a querosene. O governo já não mais estava na Ribeira e tinha novo endereço: o palácio do tesouro na Cidade Alta. Nos jornais, as notícias do mundo e do país que vinham de vapor e pelo telégrafo.

A República e o Diário de Natal eram alguns dos jornais em circulação. O jornalismo era partidário dos artigos de fundo,

do pseudônimo, dos registros de chegadas e partidas, reclames, anúncios de secos e molhados e os tipógrafos trabalhavam durante a madrugada.

Navios a vapor obrigatoriamente ancoravam no cais da cidade para resfriar a caldeira com água doce, no caminho entre o Norte e Sul do país, e o vai e vem levava a correspondência com a capital. A cidade sempre foi ponto estratégico.

Os registros de 1900 apontavam cerca de 268 mil habitantes no Estado, 36 municípios, e 15% do povo sabendo ler e escrever, e o Estado não tinha recursos nem recebia repasses do governo federal. Não se usava.

Tudo que se arrecadava era do que aqui se produzia. Natal tinha aproximadamente 13 mil habitantes e era governada pela intendência municipal que substituíra a câmara. Cinco nomes compunham a intendência e um deles era o presidente e consta que não recebiam remuneração...

Natal começava a ser outra cidade diferente do que havia sido nos últimos trezentos anos. O jornalista Manoel Dantas, advogado e fotógrafo, que registraria as cenas daquele começo de século, foi dos primeiros a erguer a sua vila pelas bandas da Cidade Nova, em Petrópolis, e a rua, coincidência ou não, levava o nome do seu sertão de origem, Seridó.

O novo bairro registrava ruas que levavam os nomes dos rios do Estado, Seridó, Potengi, Açu, etc; e as avenidas, os nomes dos veneráveis presidentes da república nascente, pela ordem: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes.

Manoel Dantas foi um dos primeiros a erguer moradia no novo bairro e não dispensava para a sua locomoção, o jumento, que sem precisar de comando, já sabia o destino: a redação do jornal e todos os dias.

Os outros e Manoel Dantas e as famílias da cidade trajavam e se vestiam na moda inglesa e parisiense. Tudo vinha do

estrangeiro, entre outros consumos, como vinho francês, revistas e livros, e se comprava pelos catálogos que se faziam chegar, e tudo chegava pelos vapores que circulavam pelo porto da cidade, parada obrigatória.

Manoel Dantas, seridoense, vindo do interior do Estado para estudar na capital, era republicano e havia frequentado o Atheneu Norte-riograndense, onde concluiu o ginásio. Hóspede dos parentes e conterrâneos que faziam de cada casa na capital uma embaixada. Vindo do Acari, terra de seus pais e avós, do Atheneu, iria direto para os bancos da faculdade de direito do Recife.

Recife era uma cidade internacional, do movimento comercial, político e cultural efervescente. Manoel Dantas instruído, frequentava lá livrarias, adquiria livros e conhecimento. Senhor das letras e números e outras sabedorias, fazia a escrita, como se dizia. Era fiel depositário, elaborava contratos e cuidava dos negócios dos Nóbregas de Caicó. Era a maneira de arranjar dinheiro para custear as despesas e a pensão em que vivia.

Manoel Dantas acabou se formando em 1890, voltou para o Seridó e casou no mesmo ano, casamento arregimentando entres as famílias abastadas e de nome do seu sertão, selada na troca de correspondência entre os pretendentes. A noiva, Francisca, era filha do coronel Silvino do Acari.

Manoel Dantas, homem simples, e culto, e instruído, era de frequentar as melhores rodas e ambientes. Fosse em Recife, nos tempos da faculdade, fosse em Natal, onde já estava fixado em definitivo, naquele ano de 1902, que mudaria a história do Rio Grande do Norte. Estava na política e era partidário da causa republicana e de Pedro Velho.

Manoel Dantas saía de sua casa para redação do jornal, montado no jumento, com uma bolsa de papéis a tiracolo, uma borracha e caneco de alumínio e, no caminho, ia fazendo suas anotações.

A borracha era o refratário de água, feito de couro, e Dantas descia pela São Tomé e chegava à redação de A República para o expediente. Naquele tempo, privava da companhia dos intelectuais, a classe política, jurídica e o funcionalismo público, aqueles que escreviam para os jornais e as revistas dos grupos literários e seriam os fundadores do instituto.

Um dos grupos, o Polimático, lançou uma revista, a Revista do Rio Grande do Norte, e já vinha publicando artigos de toda natureza e um ensaio de Alberto Maranhão, O Rio Grande do Norte – ensaio histórico, que já desenhava os caminhos para uma história do Rio Grande do Norte que viria.

Manoel Dantas era advogado e redator de A República, jornal do doutor Pedro Velho, médico que fundou e foi líder do partido republicano no Estado. A República, que ficaria conhecida por primeira, ou velha, como assinalou a história, estava com as suas engrenagens em pleno funcionamento.

A nova ordem, que nascia com o fim da monarquia, dera força e autonomia aos estados e dois deles se revezariam no governo federal, São Paulo e Minas Gerais, a chamada política do café (São Paulo) com leite (Minas Gerais). Os partidos eram estaduais e o comando local era de Pedro Velho.

A República

Pedro Velho, naquele 1902, não era tão velho aos 46 anos. Nasceu em Natal e numa casa modesta na rua do Comércio. É como está nos traços biográficos publicados pelo instituto no ano de sua morte, 1907.

Começou a aprender as primeiras letras com o professor Antônio Ferreira de Oliveira, muito conhecido. Vendo, seus pais, que as lições acanhadas do modesto professor já não satisfaziam, mandaram-no para o Ginásio Pernambucano e, tempos depois, para o Colégio Abílio, na Bahia.

É na Bahia e na juventude que o seu biógrafo vai encontrar a manifestação dos nobres valores de Pedro Velho, num episódio que termina em aplausos e assim narrado:

Na cidade da Bahia, onde fez com distinção e muito aproveitamento o curso de humanidades, aconteceu um fato de somenos importância, mas que convém registrar como a prova mais eloquente desse elevado sentimento de solidariedade que espontava em seu espírito juvenil e foi, depois, na vida pública, como na particular, uma das notas típicas de seu caráter.

Estudava um dia sua lição de piano quando rebentou no colégio um desses movimentos de insubordinação muito comuns em estabelecimentos dessa ordem. O diretor, dominada a revolta

e apuradas as responsabilidades, decretou severos castigos aos culpados que eram quase todos os alunos da classe de Pedro Velho. Menos ele, que estava na sala de música a estudar piano.

Qual não foi, porém, a surpresa do diretor quando viu o jovem colegial levantar-se do banco em que ouvia ler a sentença de condenação de seus colegas e pedir-lhe com dignidade que nela o incluísse também, porque com eles era solidário e procedimento igual teria tido se estivesse na classe quando rebentou a insurreição. Foi um sucesso!

O diretor abraçou-o com transportes de verdadeira admiração, as classes o aclamaram e terminou o incidente com a revogação do terrível decreto. O diretor, aproveitando o motivo, dissertou longamente sobre a pratica dessas ações que engrandecem a alma, enobrecendo o caráter.

Concluído o curso preparatório, matriculou-se Pedro Velho na faculdade de medicina. O biógrafo conta que na faculdade continuou ele um jovem que deixou traços luminosos de sua inteligência, conquistando ao mesmo tempo, pela sinceridade expansiva de seu trato, verdadeiras afeições entre professores e discípulos.

Mas Pedro Velho embora novo não era bom dos pulmões e teve que interromper o curso por diversas vezes para se tratar. Numa delas, foi se reestabelecer na Europa e, por isso, matriculado em 1873, só se formou em 1881, apresentando tese sobre as condições patogênicas das palpitações do coração e dos meios de combatê-las.

O estudo tinha um motivo também pessoal, sua mãe era cardíaca e o interessava conhecer os meios que viessem a prologar sua vida. Casa-se com Petronila Florinda Pedrosa, filha do comerciante Fabricio Gomes Pedrosa, que era seu avô e, portanto, ela, sua tia. E, assim, conclui Cascudo, também seu biógrafo: o avô virou sogro e a mãe cunhada.

Foram muitos os casamentos entre as duas famílias. A irmã de Pedro Velho, Inês Augusta, havia casado com Juvino Barreto. E o filho de Juvino Barreto, Sérgio, sobrinho de Pedro Velho, casou com a prima, filha de Pedro Velho, Dalila.

Sérgio Paes Barreto seria um o mais jovem dos fundadores do instituto, com apenas 23 anos, recém-formado em direito também pela faculdade do Recife, solteiro, pois só casaria em 1903. Sua trajetória se confunde então com a dos demais, os casamentos entre as famílias, o republicanismo, a passagem pelo Atheneu e pela faculdade em Recife e o fato de ter sido redator de A República.

Além disso, Sérgio Barreto ajudava ao pai a tocar os negócios na fábrica de tecidos. A única e primeira da cidade. A ele atribui-se as mudanças que o pai empreendeu na fábrica, não comuns à época: jornadas de trabalho regulares, férias e auxílio a maternidade, entre outros benefícios. Sérgio também faria carreira no governo nos anos seguintes sob a proteção do sogro.

Formado, Pedro Velho voltou e começou a clinicar em Natal depois de ter passado um tempo em São José do Mipibu onde dirigiu uma farmácia. Mas a medicina não era a sua vocação... e o que fazer? Tudo se passou muito rápido e já em 1882 Pedro Velho resolve então criar um educandário para instrução primária e secundária, o Ginásio Norte-riograndense. Tinha 26 anos.

O educandário teve vida breve e, em 1885, foi aprovado para cadeira de história do Atheneu. Partidário do abolicionismo, foi o entusiasta da causa na capital e propôs a Libertadora Norte-riograndense. Era janeiro de 1888 e começa uma campanha por ele liderada.

Pedro Velho indicou as diretorias e comissões para auxiliar os municípios ainda não libertos e fez um boletim para registrar todo o movimento e ele mesmo foi Rio Grande do Norte de cima a baixo pregar a causa.

Os dados coletados apontavam 3.716 escravos no Estado, quando chegou 13 de maio eram apenas 300! E, assim, Pedro Velho, conta o seu biógrafo, triunfou. Glória à pátria livre!, disse com os fracos pulmões e escreveu aos companheiros, escreveu de Angicos, onde estava naquele 13 de maio, para tratar-se da saúde frágil.

Do abolicionismo, passou à república com a mesmo fervor ou ardente paixão como consta nos tais traços biográficos. De modo que é possível considerar que foi na campanha abolicionista que Pedro Velho construiu a sua figura e liderança política no Estado e daí a conquista da cena política do Rio Grande do Norte.

Em janeiro de 1889, organizou a primeira reunião do partido republicano. Foi lançada as bases para a lei orgânica do partido e a ideia de Pedro Velho da necessidade de um jornal. E disse aos correligionários do interior que criassem as agremiações locais. E discursou aos concidadão...

E o resto continuou nas páginas de A República que saiu o primeiro número em julho de 1889. Nela, foram muitos os redatores republicanos, porque não se faz uma república sozinho e Pedro Velho construiu a sua bancada e dela fizeram parte, entre tantos, João Avelino e os Castriciano: Eloy e Henrique.

A obra abolicionista e republicana de Pedro Velho teve diversos colaboradores, partidários de mais um projeto, o instituto histórico. João Avelino foi um deles. Talvez o mais importante. Foi quem indicou o nome de Pedro Velho e estimulou Pedro Velho, seu primo por sinal, a assumir a liderança e levar a república adiante.

Gordo, lento, pesado, andando vagarosamente, João Avelino ainda passa em minha memória, com seus olhos luminosos, o lábio irônico e as barbas brancas, um bom homem, honesto, simples, dedicado, escreve Cascudo em 1939, sobre João Avelino Pereira de Vasconcelos, um dos mais velhos fundadores do instituto.

Nascido em 1837, tinha 65 anos em 1902, e fora abolicionista, salvando escravos onde os encontrasse. Foi na sua casa em Natal, diante da praça Bom Jesus, hoje José da Penha, onde tempo depois funcionaria o Grande Hotel, que o partido foi fundado em 1889.

João Avelino foi o primeiro secretário da comissão executiva provisória e fez parte do governo provisório de Pedro Velho no cargo de Ministro Encarregado nos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. E presidiu a intendência da cidade.

Aconteceu assim, Pedro Velho chegou ao palácio do governo, rua Tarquinio de Souza, atual Chile, Ribeira, para assumir o governo. 15h do dia 17 de novembro. Mais ou menos 300 pessoas e autoridades militares estavam por ali e foi logo ele aclamado presidente! E cumpriu direitinho o que havia no telegrama que recebera na noite anterior: proclamar a república no Estado e assumir o poder.

E foi formar o governo. Incluiu todas as lideranças, até as dissidentes e, assim, evitou oposição... Mas as coisas não foram como deveriam ser e os aliados reclamaram...

Elias Souto, Amaro Cavalcanti e Tobias Monteiro eram a oposição e o partido republicano constitucional e que, apesar de intelectuais tarimbados, não figuraram no grupo que fundaria o instituto. Houve apenas um dissidente, o major Pedro Avelino.

Pedro Celestino da Costa Avelino, 41 anos, saiu de Angicos aos 15 anos para tentar ganhar a vida em Recife, empregado no comércio. Voltou em 1885 e se estabeleceu na cidade editando sozinho um jornal, O Caixeiro, um panfletário da causa republicana e, assim, foi convidado para A República onde trabalhou com Alberto Maranhão e Manoel Dantas até romper com o grupo e ir fazer oposição em A Gazeta.

Outro perseguido foi o jornalista Elias Souto que precisou de habeas corpus pelo Tribunal de Justiça, uma afronta a Pedro Velho e ao governador Ferreira Chaves que não contou conversa e aproveitou para aposentar desembargadores e juizes não alinhados ao pedrovelhismo. Ferreira Chaves nomeou partidários para substituí-los.

Algumas figuras se perpetuavam de um regime a outro. Um deles, que também fez parte do grupo dos fundadores do instituto, foi o lendário senador José Bernardo de Medeiros. O senador José Bernardo era dos mais velho de todos os fundadores. Estava com 65 anos de idade e residia no Rio de Janeiro, em razão do cargo.

Caicoense, teve uma longa carreira política no império que se sustentou na república. Não houve abalo. Só transição. O governo imperial, por atos 1882 e 1889, nomeou-o 4º e 2º vice-presidente da província do Rio Grande do Norte; e o governo provisório republicano do Estado, após a proclamação da república, nomeou-o secretário do Interior em novembro de 1889. José Bernardo começou a carreira no Senado eleito pela primeira vez em 1890 e continuava senador em 1902.

O quadro político, jurídico e do funcionalismo público seria ocupado pelo grupo de aliados letrados e as figuras de prestígio que fundariam o instituto. Reza a lenda que Pedro Velho chegou para Eloy de Souza em pleno Recife e disse: liquide com esta bacharelise, que preciso de você no Rio Grande do Norte! O mesmo fez com o irmão de Eloy, Henrique, convidando-o para escrever em A República. Henrique tinha apenas 17 anos...

Assim os irmãos Castriciano não estão só ligados a história política do Rio Grande do Norte, mas também a cultural. Seus nomes estão entre os fundadores do instituto, como o de Pedro Velho, Alberto Maranhão e os outros.

Eloy foi eleito deputado estadual em 1895 e não mais largou a política. Passou a deputado federal e a senador até Vargas fechar o congresso em 1937. Também escreveria para A República e pronunciaria até conferência de título e tema Costumes locais. Escreveria artigos e livros e discursaria na tribuna e deixaria suas memórias escritas e publicadas.

Sua causa era a da seca e por ela brigou no legislativo e fez campanha e livro: Obras contra as secas. Publicou ainda Costumes locais e Cartas de um sertanejo, este sob o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro. Fez publicar uma biografia de Tobias Monteiro e deixou à posteridade a história da sua atuação na câmara e senado federal.

Naqueles idos pós-abolição, Eloy de Souza e Henrique Castriciano participavam da causa republicana de Pedro Velho. E tudo foi muito rápido, da abolição à república.

Brasileiros! Está proclamada a república! Foi o boletim de Pedro Velho quando chegou por telégrafo a notícia que na capital federal a monarquia havia sido deposta, e o povo, o exército e a armada celebravam o que faríamos até hoje, o 15 de novembro.

Disse mais, Pedro Velho: 13 de maio e 15 de novembro! São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução política, social e econômica. Viva à Republica!! Viva à Patria redimida!!! Viva o Povo Norte-Rio-Grandense!! Viva o Governo Provisório !!! que era o dele... Ao povo, liberdade, igualdade e fraternidade! O governo atual é pelo povo e para o povo! E Pedro Velho fez a república no Rio Grande do Norte.

Mas Pedro Velho, homem doente, “sucumbe como um deus, olímpicamente, por entre as surdinas das águas em queixumes”. A epígrafe, sem autoria, escolhida pelo biógrafo, adianta-nos até 1907.

Sentindo-se mal, Pedro Velho embarca no vapor do Lloyd Brasileiro em busca de tratamento no Sul e, antes de chegar ao destino, sofre um ataque cardíaco e deixa a vida e o Rio Grande

do Norte e um projeto político que seus pares e continuadores levam até 1930, quando Vargas dá o golpe e derruba a república velha do Brasil e a de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte.

Alberto Maranhão assumiria a liderança e continuaria a formar um quadro de colaboradores de confiança não só no governo, mas também no legislativo e judiciário, um destes nomes, que está dentre os fundadores do instituto, é o de Francisco Carlos Pinheiro da Câmara um homem de 43 anos e uma linhagem.

Francisco Carlos era filho do coronel Bonifácio, chefe conservador da província. Passou pelo Atheneu e pela faculdade do Recife. Cascudo desenha melhor o retrato: baixo, robusto, vermelho, apressado, grande conversador e apelido de Chico Farofa, coisa que não lhe incomodava. Embora norteriograndense, estava no Pará quando Alberto Maranhão disse que voltasse para fazer parte da república velha.

No seu necrológio, publicado na revista do instituto, está que era jovial e boêmio e de coração dulcíssimo e possuía o dom de atrair e fascinar. Homem de trato ameno, figura simpática, espírito vivaz e pilhérico, a que juntava espírito de justiça e senso prático.

Foi ser chefe de polícia e, amável, segundo Cascudo, pois não implicava com os festejos populares. Era visto assistindo ao bumba meu boi, pastoril, fandango e tudo mais. Menos o entrudo. Incomodava a lata d'água, a farinha do reino e laranja de cheiro.

Cascudo: uma vez um ladrão de galinha foi preso em flagrante. Fez o que fez, disse o larápio, porque a mulher, grávida, estava com desejo. Chico Farofa passou-lhe uma compostura e mandou soltar o homem. Mas antes que ele voltasse à sua casinha, já havia lá chegado, presente do chefe e polícia, uma galinha. Era um homem bom, Chico Farofa.

Só andava bem vestido, ainda dito por Cascudo, de colete, colarinho duplo, paletó abotoado e bacorinha negra, e gostava de contar coisas passadas no Pará e do tempo de estudante no Recife. Animado, alegre, cheio de chiste, contava até dos políticos da época.

O instituto não deixou de prestigiar e homenagear estes e outros vultos, prática da casa, e a Pedro Velho, o digno morto, sócio fundador que, tendo pregado o abolicionismo e instaurado a república, defendeu uma pátria norte-riograndense, cuja história o instituto se encarregaria de escrever.

Por traços biográficos ou necrológico a homenagem ao sócio falecido era escrita pelo orador, como rezaria o estatuto. Coube a Luiz Fernandes escrever sobre Pedro Velho a história dele que se conta.

O primeiro necrológico a ser registrado, em 1902, foi o do primeiro sócio fundador falecido, Veríssimo de Toledo. Verissimo de Toledo fez parte da primeira diretoria do instituto, na qualidade de tesoureiro e, muito moço ainda, pois contava apenas 38 anos de idade, faleceu em agosto de 1902, no Rio de Janeiro, onde estava em tratamento. Mineiro, no Recife, casou com uma norte-riograndense, D. Ermilinda Pedrosa e, por isso, veio cair aqui.

Éramos uma república nascida em 1889, então era tudo muito novo, embora a formação de grupos dividia até partidários de um mesmo lado em dois lados, e assim foi sempre, desde a monarquia. Mas o império já não mais falava, era passado e, embora recente, interessava aos sisudos homens de gravata, graves nos seus colarinhos altos, óculos de aro, as vestes escuras e chapéu e bengala, era o passado antigo, aquele que havia de instaurar o marco da história do Rio Grande do Norte.

Tudo porque perturbava já há bastante tempo, desde o século XVIII, uma questão de limites com o Ceará, era o lugar de

Grossos que disputariam no congresso nacional, por arbitragem em 1902 e, posteriormente, no Supremo Tribunal Federal, os estados federados do Ceará e Rio Grande do Norte. Para defesa da causa, o Rio Grande do Norte precisava de papéis e documentos que sustentassem o domínio do território pelo Rio Grande do Norte.

A questão vai se arrastar por anos e terá a participação, no Supremo Tribunal, de Ruy Barbosa do lado norte-riograndense e toda esta procura por documentos animará o desembargador Vicente de Lemos e o deputado Augusto Tavares de Lyra a pregarem um instituto histórico e geográfico para o Rio Grande do Norte, do qual Manoel Dantas seria partidário e entusiasta e com ele e mais estes outros, fundadores.

José Theotonio Freire, 44 anos, desembargador do Tribunal de Justiça e sogro de Cascudo; João Baptista de Siqueira Cavalcanti, 58 anos, também formado pela faculdade de direito do Recife; Manoel Moreira Dias, 40 anos, desembargador e, no futuro, com a renúncia de Tavares de Lyra, governador do Estado em 1906.

Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, coronel pela guarda nacional do Estado, de São Gonçalo, 44 anos, partidário de Pedro Velho e republicano, lente de geografia do Atheneu e intendente da cidade. E também Vicente de Lemos e Tavares de Lyra que se voltariam para as coisas locais na procura por documentos que registravam a história do Rio Grande do Norte. Não se fazia história sem os documentos.

Atos de fundação

A iniciativa destes homens, Vicente de Lemos, Alberto Maranhão, Tavares de Lyra, Manoel Dantas e de mais outros culminaria no que seria a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e assim da própria história do Estado naquele ano de 1902.

O instituto seria não só responsável por guardar a documentação relativa ao passado, mas também pela escrita e divulgação da história, que se faria com a publicação de uma revista para registrar documentos e propagá-los. Dia 29 de março de 1902, no salão da biblioteca pública, onde se reuniram aqueles homens para formalmente registrar uma pretensão que já se vinha delineando.

Olympio Vital seria o primeiro presidente da instituição. Olympio Manoel dos Santos Vital, baiano, 63 anos de idade, bacharel pela faculdade do Recife em 1860, juiz federal no Rio Grande do Norte.

O desembargador Vicente de Lemos, também presente, acabava de voltar do Recife, onde havia estado para coletar documentos relativos à questão de limites com o Ceará que mobilizava a classe política, jurídica e intelectual do Rio Grande do Norte. Defender o território era um projeto republicano.

Aquela reunião era o ponta pé necessário para estabelecer os propósitos da instituição, instalar uma diretoria provisória e propor os estatutos que definiriam a sua finalidade, estrutura, quadro de sócios, acervo e diretoria.

Vicente de Lemos manifestou a certeza de que a fundação do instituto era um dever patriótico que exigia paciência e dedicação. Era algo novo e necessário, escrever a história do Rio Grande do Norte e disse: “o encargo altamente patriótico de firmar, com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade história da vida potiguar, em qualquer sentido, promovendo todos os meios conducentes a realização desse desideratum”.

A primeira providência para que progredissem com a constituição do instituto foi aclamar a diretoria provisória, que assim foi composta: Olympio Vital, presidente; Pinto de Abreu e Luiz Fernandes, respectivamente, primeiro e segundo secretários; Meira e Sá, orador; e Verissimo de Toledo, tesoureiro.

Coube ao secretário Luiz Fernandes registrar a ata de instalação, redigindo:

Aos vinte e nove dias do mês de março de 1902, décimo quarto da República, nesta cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, no salão do Atheneu Norte-Rio-Grandense em que funciona a Biblioteca Estadual, reunidos os doutores Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Salles Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas e Thomaz Landim, os coronéis Pedro Soares e Joaquim Manuel Teixeira de Moura e o cidadão Veríssimo de Toledo, tomando a palavra o desembargador Vicente Lemos, disse que o fim da presente reunião era a fundação, nesta capital, de um Instituto Histórico e Geográfico, que tomando o encargo altamente patriótico de firmar com

dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida potiguar em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse desideratum.

E, recebida a ideia com manifestações de aplausos pelas pessoas presentes, ainda a justificou o desembargador Lemos com frase conceituosas e terminou pedido licença para aclamar a Diretoria Provisória, que foi unanimemente aceita, sendo a seguinte: Presidente: dr. Olympio Vital; Vice-Presidente: dr. Alberto Maranhão; 1º Secretário: dr. Pinto de Abreu; 2º Secretário: dr. Luiz Fernandes; Orador: des. Meira e Sá; Tesoureiro: Veríssimo de Toledo. Aclamada a Diretoria Provisória, assumiu a presidência o dr. Olympio Vital, que declarou instalado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, depois de agradecer a sua aclamação para dirigir provisoriamente os trabalhos respectivos e fazer sobre o seu objetivo sensatas e judiciosas considerações. Em seguida, pedindo e obtendo a palavra o dr. Alberto Maranhão, disse estar autorizado a representar na presente reunião os excelentíssimos senadores Pedro Velho e Joaquim Ferreira Chaves e deputados federais Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Souza, que, não podendo comparecer, aderiram, entretanto, à ideia e pediram sua inclusão no número de sócios fundadores. Declarações idênticas fizeram sucessivamente os drs. Manoel Dantas, com relação ao excelentíssimo senador José Bernardo, e Vicente de Lemos, com relação aos drs. João Baptista de Siqueira Cavalcante, José Theotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemetério Raposo de Mello, e Sérgio Barreto, Capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos e cidadãos Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino. Recebidas com agrado e assentimento todas estas declarações, nomeou, em seguida, o presidente, uma comissão composta dos drs. Vicente de Lemos e Antonio de Souza, Coronel Pedro Soares para confeccionar os estatutos e, nada mais havendo a tratar, levantou a sessão, convidando a mesma comissão a apresentar em prazo breve o seu trabalho. Do que, para constar, lavrei a presente ata, que vai assinada pela mesa e pelos sócios fundadores presentes. Eu Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, 2º Secretário, a escrevi e assino. Natal, 29.03.1902

Sócios fundadores

Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos

Dr. Olympio Manoel dos Santos Vital

Dr. Alberto Maranhão

Desembargador Francisco de Salles Meira e Sá

Dr. Francisco Pinto de Abreu

Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Câmara

Tenente-coronel Pedro Soares de Araújo

Dr. Manoel Dantas

Dr. Thomaz Landim

Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura

Sr. Veríssimo de Toledo

Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão

Senador Joaquim Ferreira Chaves

Deputado Augusto Tavares de Lyra

Deputado Eloy Castriciano de Souza

Senador José Bernardo de Medeiros

Desembargador João Baptista de Siqueira Cavalcanti

Desembargador José Theotônio Freire

Desembargador Manoel Moreira Dias

Dr. Antonio José de Mello e Souza

Dr. Manuel Hemetério Raposo de Mello

Dr. Sérgio Paes Barreto

Capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos

Major Pedro Avelino

Henrique Castriciano de Sousa

Ficava também nomeada a comissão para elaboração dos estatutos composta por Vicente de Lemos, Antônio de Souza e Pedro Soares. Novas reuniões se seguiram para a elaboração do documento, e, em 25 de maio, concluída, procedia-se a eleição

definitiva da mesma diretoria para o primeiro ano social. Estava organizada a instituição.

Francisco Pinto de Abreu, o primeiro secretário, era paraibano e estudara em Recife, na faculdade de direito, com Alberto Maranhão e Tavares de Lyra. Na década de 1890, já estava no Rio Grande do Norte atuando com Pedro Velho na criação do partido republicano e, em 1902, era deputado, vice presidente da casa, diretor da instrução pública do Estado e do colégio Atheneu, onde também era o professor de francês. Participava da vida intelectual da cidade, escrevia para *A República* e às revistas literárias e, assim, cumpria a trajetória não diferentes dos pares que fundariam o instituto.

Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, caraubense de 1856, formado pela faculdade do Recife, em direito, aos 46 anos, era juiz em Natal e se fez um dos primeiros historiadores do Rio Grande do Norte, atuando ativamente nos trabalhos do instituto na função executiva de segundo secretário, inclusive, encarregando-se das atas.

Luiz Fernandes publicou na revista o resultado das suas investigações, importante para o projeto empenhado pela instituição de construção da história do Estado. Seus trabalhos são pioneiros e serviram de fonte para os que vieram depois.

Nos seus primeiros estudos, debruçou-se sobre os capitães-mores e governadores da capitania e a naturalidade do índio Poti, escrevendo uma série sobre os índios célebres do Rio Grande do Norte. Foi também o primeiro biógrafo de Pedro Velho, nos traços biográficos que publicou na revista; e escreveu a história da imprensa no Rio Grande do Norte.

Já Antônio José de Mello e Souza, o Antônio de Souza, tinha 35 anos e era procurador geral do Estado. Não fugia ao perfil do grupo: formado em direito por Recife, republicano, redator de *A República*, sócio e fundador do Grêmio Polimático, uma

trajetória que se escreve entre a imprensa, a carreira jurídica e a política.

Consta que andava muito alinhado, sempre de branco e de bengala e o inverno era na fazenda. Sua vocação era o sertão. Embora tivesse nascido e vivido perto do mar.

Certa vez, cinco horas da manhã, uma buzina na porta de casa. Era o chofer do Estado. O que é? Senhor governador, está aqui o carro para Vossa Excelência partir. Não, não sou governador, fui governador até ontem às três horas da tarde e o carro é do Estado. Não posso me servir dele em benefício pessoal. E partiu para fazenda na sua fobica.

É de Cascudo o retrato: alto, pálido, carnadura sólida, os cristais dos óculos aguçando o olhar penetrante e míope, alheio ao convívio social, amante da solidão e das leituras sem fim, inimigo das cerimônias oficiais, sem confidências ou intimidades, dispensando anedotas, palavrões, andar mal-ajambrado ou apresentar-se de pijamas.

Não visitava ninguém, não bebia, não fumava, não jogava. De poucos amigos, entre eles, Eloy, Henrique, Theotônio Freire e Ferreira Chaves. Se fosse visto por ai, quando em vez, era às dez horas da manhã caminhando perto de casa. Frio, cético, distante. Solteirão que vivia na Quinta dos Cajuais à praça Pedro Velho com a mãe e as irmãs igualmente solteiras. O sobrado não se via no meio do arvoredo e, ali, o conforto de uma ampla biblioteca e revistas do estrangeiro. Era só o que ele queria. Sossego e solidão.

Seria eleito governador duas vezes e também se destacaria como escritor. Na República, chegou a manter uma coluna em francês com o título de Minauderies e, sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, publicou diversos romances já na maturidade. O primeiro saiu em 1928...

Naquele ano de 1902, publicaria um trabalho importante dedicado à questão de limites com o Ceará, o que mostra seu

envolvimento em todo o processo de disputa do território e a sua afinidade com os fundadores e a pertinência de sua presença.

O tenente-coronel Pedro Soares de Araújo, 47 anos, era açuense, republicano, e havia sido deputado do primeiro congresso constituinte do Estado em 1891. A república o fizera capitão e tenente-coronel. Naquele ano de 1902, era deputado estadual e exercia o cargo de contador do tesouro do Estado. Pedro Soares levou um importante trabalho para as páginas da revista ao apresentar um repertório da legislação estadual de alguns municípios.

Manuel Hemetério Raposo de Melo, tinha 62 anos, era um ano mais novo que Olímpio Vital. Após uma intensa vida pública, ocupando diversos cargos na carreira jurídica, pelo interior do Estado e até no Ceará, passou a viver em Natal, Av. Rio Branco, 41, atuando como advogado. Seus filhos e netos seriam sócios e beneméritos da instituição, inclusive, presidentes: Hemetério e Aldo Fernandes, e seu tataraneto é o autor deste escrito.

A próxima providência, elaborado o estatuto, seria a sua aprovação. Nos encontros seguintes, em assembleia geral, trataram de sua leitura, análise, emendas e votação que, concluída, como ficou determinado, ensejou a redação definitiva pela comissão encarregada e formada por Manuel Hemetério, Pedro Soares e Luiz Fernandes. A última assembleia, no dia 25 de maio, tratou da aprovação definitiva.

O propósito

Coligir, que é reunir e colecionar o que que está disperso; metodizar, que é organizar, ordenar e sistematizar; arquivar, que é recolher, guardar e classificar; e publicar, que é tornar algo conhecido, divulgar, propagar e reproduzir documentos. Seria a missão do instituto.

Está é a finalidade primeira determinada no seu estatuto. O estatuto, inclusive, previa uma comissão específica para revisão de manuscritos e pesquisa de documentos, embora de caráter não permanente; e estantes reservadas para manuscritos e obras raras.

Em novembro, já era uma preocupação, fruto da documentação que já se acumulava, providenciar uma caixa de flandres para guarda de manuscritos e uma estante para livros.

Entre as atribuições da comissão estava avaliar a importância dos manuscritos existentes no arquivo e o zelo pela sua manutenção, cabendo ainda propor a cópia dos documentos estragados e inutilizar os que não mais servissem ou já houvessem sido publicados na revista, devendo a comissão apresentar parecer.

Além disso, também era uma finalidade o intercâmbio com instituições congêneres e literárias do Estado e dos demais estados brasileiros, e a tarefa de publicar uma revista. Uma das primeiras

medidas foi providenciar papel timbrado para comunicar às associações e instituições do Estado e alhures acerca da criação do instituto. O estatuto também previu comissão própria para redação da revista.

Embora o arquivo estivesse contemplado como finalidade, biblioteca e museu também constituiriam o acervo patrimonial da instituição. A estrutura administrativa nos primeiros 25 anos, até a edição de um novo estatuto, o segundo, em 1927, encarregava o primeiro secretário, além das atribuições da secretaria, de manter e conservar o arquivo, a biblioteca e o museu. Nos estatutos de 1927, seria criada uma diretoria específica para isto.

Ao sócio, o estatuto facultava o direito de leitura das obras da biblioteca, livros e jornais, e a oportunidade de realizar cópia do que precisasse. No entanto, não permitia a saída ou empréstimo das peças do acervo, sejam livros, mapas, manuscritos, objetos.

A categoria dos sócios também estava determinada. Além dos fundadores, contemplaria sócios efetivos, honorários, beneméritos e correspondentes. No primeiro ano de atividade, o instituto aprovou o ingresso de sócios efetivos e os correspondentes, que eram aqueles que não residiam na capital.

Os primeiros sócios efetivos foram admitidos em agosto, eram eles: o Padre José de Calazans Pinheiro, José Correia de Araújo Furtado, Honório Carrilho da Fonseca e Silva e os professores Tibúrcio da Cunha Pinheiro e Francisco Gomes Valle Miranda.

Em outubro, foram propostos pelos sócios Pedro Soares, Luiz Fernandes, Padre José de Calazans, Thomaz Landim, Manuel Hemetério e José Correia, os seguintes nomes para sócios correspondentes: coronel Luiz Emygdio Pinheiro da Câmara, Salvador; José de Moraes Guedes Alcoforado, Recife; Benvenuto de Oliveira, Rio de Janeiro; Hemetério Fernandes Raposo de Mello, juiz de direito do Martins; e Juvenal Lamartine de Farias, juiz de Direito do Acari.

Em novembro, mais uma leva. Proposição dos sócios Vicente de Lemos, Pedro Soares e Luiz Fernandes: Antônio Pereira Simões, engenheiro chefe do melhoramento do porto; Júlio de Medeiros, engenheiro ajudante; Arthur José dos Reis Lisboa, capitão de fragata; coronel Manuel Lins Caldas, comandante do batalhão de segurança; e o professor Joaquim Lourival Soares da Câmara, todos para sócios efetivos.

Os juízes de direito João Dionysio Filgueira e Luiz de Oliveira; o coronel Antônio Gomes de Arruda Barreto, diretor do Colégio 7 de Setembro, de Mossoró; e Manuel Antônio de Oliveira Coriolano, funcionário público residente em Apodi, para sócios correspondentes.

As sessões poderiam ser ordinárias, extraordinárias, solenes, assembleia geral e magna. As ordinárias deveriam acontecer nos primeiros e terceiros domingos de cada mês, ao meio dia, portanto, eram quinzenais e, depois daquele 29 de março, se prolongariam pelos próximos meses para a tomada das decisões cabíveis registradas em ata como as doações e a adesão dos novos sócios.

Uma das primeiras providências foi estudar a necessidade de registro para que o instituto adquirisse personalidade jurídica. Uma comissão foi formada e, em agosto, Pinto de Abreu, presidente da comissão, apresentou o parecer, alegando que o instituto necessitaria, pois, de uma personificação representativa nas relações jurídicas.

Bastava publicar os estatutos, como rezava a lei e ensinava a doutrina, para que adquirisse os direitos de pessoa jurídica. No ano seguinte, a lei estadual 198, de 29 de agosto, conferiu ao instituto o caráter de instituição de utilidade pública. O que de fato já era e sempre foi.

Outra providência, além do comunicado às demais instituições do fato da criação e existência do instituto, foi a conquista de proventos para custear as atividades, das mais

corriqueiras, como imprimir o papel para a correspondência oficial, às mais importantes, como providenciar a cópia de documentos relativos ao Rio Grande do Norte em outros arquivos.

Em novembro, pelo sócio Vicente de Lemos, foi proposto que se obtivesse do instituto de Pernambuco, a cópia de todas as cartas régias, mediante a gratificação, no máximo, de cem mil reis. Aceita a proposta, o instituto encarregou deste trabalho o próprio proponente, desembargador Vicente de Lemos. O instituto já contava com uma subvenção anual do Estado para tanto.

Em 03 de agosto daquele ano, resolveu oficial ao congresso estadual um pedido de ajuda financeira regular. Justificava a ausência de patrimônio e recursos de qualquer espécie, por isso, solicitava auxílio pecuniário da ordem de 1:500:000 réis anuais. Não demorou e, em 1º de setembro, o congresso estadual aprovou a proposta, concedendo à instituição uma subvenção mensal de 125\$000.

Ao mesmo tempo, começava a formação do acervo. Instituições, sócios e terceiros foram responsáveis pelas primeiras doações. O volume tornou necessário providenciar uma estante para livros e o aluguel de uma casa para sede. As doações para a biblioteca, em sua maioria, foram de revistas, plaquetas, livros, coleções, compreendendo uma gama variada de assuntos, como história, literatura, direito. Registram-se também a chegada de cópias de documentos importantes.

O instituto pernambucano e o sócio Vicente de Lemos doaram diversos exemplares da revista daquele instituto. A senhora Maria Suzana de Moura Salles, além de livros, doou revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e o primeiro número da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

Vieram doações de outros institutos. O Instituto do Ceará ofereceu o tomo 16 da sua revista e da Bahia uma coleção de suas revistas e o presidente Olympio Vital uma coleção dos fascículos da Revista do Rio Grande do Norte. E, assim, começa o acervo de periódicos da instituição.

Além das revistas, o instituto de Pernambuco ofertou um exemplar da História da Revolução de Pernambuco em 1817, de autoria de Francisco Muniz Tavares; uma edição da carta de Pero Vaz de Caminha, prefaciada e com um apêndice por Francisco Augusto Pereira da Costa; dois exemplares do 4º Centenário do descobrimento de Pernambuco; e dois exemplares dos seus estatutos.

Os primeiros livros jurídicos foram oito volumes dos Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o Projeto do Código Civil Brasileiro, por Olympio Vital.

Vicente Lemos, além da doação de livros, legou ao instituto documentos importantes como o relatório de Pedro Vicente de Azevedo à Assembla Provincial de Pernambuco, em 1887, acompanhando o quadro dos donatários da capitania de Pernambuco e relação de todos os capitães gerais que a governaram; Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, por José Leão e pelo Conselheiro Coelho Rodrigues, como árbitro do Rio Grande do Norte; ofício do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira ao árbitro do Rio Grande do Norte na questão de limites; laudo proferido pelo mesmo Conselheiro na referida questão, autenticado pela sua assinatura; uma cópia da Corográfica Brasílica ou relação histórica e geográfica do Brasil relativos ao Rio Grande do Norte, por Manuel Ayres do Casal, extraídos da obra inédita.

Ainda em se tratando de documentos, o instituto recebeu cópias do arquivo da Torre do Tombo, em 1845, oferecimento

de Pereira da Costa; cópia dos capítulos, 32, 33 e 34 da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, publicada pela Biblioteca Nacional, relativamente a fundação da Capitania do Rio Grande do Norte; e cópia da obra Mártires Pernambucanos na parte relativa a André de Albuquerque Maranhão e sua família, inconfidentes na revolução de 1817, ambas oferta do major Codeceira.

A secretaria do governo do estado ofertou uma série de apontamentos e documentos coligidos pelo procurador geral do Estado, Antônio de Souza, sobre a questão de Grossos e diversos exemplares de uma brochura contendo a resposta ao questionário preliminar e réplica do primeiro e segundo árbitros; e diversos exemplares de uma outra brochura com a exposição sobre a questão de Grossos apresentada à comissão de Constituição e Justiça da câmara dos deputados federais pelo deputado Tavares de Lyra.

Para o museu, a primeira peça doada foi um retrato de Dom Antônio Felipe Camarão, o índio Poti, pelo sócio e governador Alberto Maranhão.

Alberto Maranhão era irmão de Pedro Velho. Nascido em Macaíba, em 1872, frequentou a faculdade do direito do Recife, a mesma que frequentara Manoel Dantas e os outros. Concluiu o curso aos 20 anos e casou com a sua sobrinha, D. Inês Barreto de Albuquerque Maranhão, filha do coronel Juvino Cezar Paes Barreto, o industrial da fábrica de tecidos.

Tão logo formado, Alberto Maranhão veio ser o secretário do governo de Pedro Velho, depois procurador do Estado e, naquele ano de 1902, governador com mandato até 1904. Tinha apenas 30 anos de idade.

O jovem governador encarregara os seus aliados de auxiliá-lo na questão do território em disputa com o Ceará. O suporte necessário vinha da experiência jurídica dos magistrados e do trânsito políticos dos deputados e senadores do partido pelo Rio de Janeiro que no congresso nacional defenderiam a causa a todo custo.

Mas não se tratava apenas de uma disputa política e jurídica, envolvia toda uma matéria de sustentação que o direito brasileiro exigia provas materiais e, neste caso, seriam os documentos históricos que o Rio Grande do Norte não dispunha.

Duas figuras foram essenciais para a empreitada. O desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, que ficou responsável por levantar papéis nos arquivos pernambucanos; e o jovem deputado federal Augusto Tavares de Lyra que, aos 30 anos, seria responsável por vasculhar os arquivos no Rio de Janeiro e faria a defesa na câmara federal.

O trabalho realizado pela dupla subsidiou a causa e forneceu elementos para a defesa ao encargo do famoso Ruy Barbosa no Supremo Tribunal Federal.

Outros colaboradores também atuaram à serviço da causa. Vicente de Lemos recorreu durante todo o trabalho que se seguiu não só a Tavares de Lyra, mas teve auxílio de outros nomes como o próprio Alberto Maranhão, Meira e Sá, Antônio de Souza, Luiz Fernandes, todos eles que comporiam o quadro de fundadores. Sem a contribuição destes e de outros, não teria sido possível levantar a documentação existente em cartórios e livros de tomo das igrejas do Estado.

Em 1902, Meira e Sá era um homem 46 anos. Tido por cavalheiro, enérgico, bondoso, pertinaz e equitativo, como está no seu necrológio, nascido na Paraíba, em Souza, em 1856, veio ainda criança para o Rio Grande do Norte na companhia do pai. Era formado pela faculdade de direito do Recife em 1878 e havia sido vice-governador do Estado (1896-1900).

Fora também representante do Estado no Congresso Jurídico Latino Americano de 1900, no Rio de Janeiro, e entregou ao governador Alberto Maranhão um relatório sobre as atividades do congresso. Ao ser conhecido o laudo do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, acerca do litígio de terras entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, Meira e Sá redigiu um trabalho, intitulado *Simplex Notas*, no qual analisou o laudo,

apresentando considerações à respeito. Francisco de Salles Meira e Sá participou das demandas do processo e foi o primeiro orador do instituto.

Em Mossoró e Apodi, entre os nomes que se tornariam com a criação do instituto histórico, sócios correspondentes, se inscrevem os de Francisco Fausto de Souza e Joaquim Manuel Coriolano de Oliveira. E outros que a história ainda há de recuperar.

Auxílios partiram de todos os campos. No instituto pernambucano, nas idas e vindas ao Recife, na missão de coletar documentos, Vicente de Lemos travou relações amistosas com os pernambucanos Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa, sócios daquela casa, registro que foi para o jornal:

A República, quarta-feira, 05 de fevereiro de 1902

Os grossos

Em dias do anno passado, s. exa. o sr. Dr. Alberto Maranhão, honrado governador do Estado com a sabia providencia com que sabe encarar todos os negócios que affectam o interesse público, commissionou o illustrado desembargador Vicente de Lemos para ir colher nos archivos da secretaria do governo e do Instituto Archeologico do Estado de Pernambuco, dados e documentos que podessem amparar o nosso direito na questão de Grossos.

O dr. Lemos sahiu se galhardamente da sua commissão. Durante mais de seis meses, revolveu archivos, consultou documentos e, com intelligencia e criterio, formoulou excellentes, pontos de defeza da integridade do nosso territorio ameaçado pelo Ceará.

De volta ao Estado, s. exa. dirigiu ao exmo. Governador do Estado o seguinte officio, no qual deu conta dos seus importantes trabalhos.

Eis o officio a que nos referimos:

Natal, 1 de Fevereiro de 1902

Ao Exmo. Sr. Dr. Alberto Maranhão, M.D. Governador do Estado.

Commissionado por v. exa. em data de 11 de junho do anno proximo passado, para colher documentos que interessassem aos

direitos deste Estado na questão de limites com o do Ceará, dirigiu-me ao Estado de Pernambuco, onde melhormente poderia encontra-los, desde que ao tempo em que foi Capitania, estando-lhe annexas as do Rio Grande e do Ceará, eram lhe pela Metrópole dirigidos todos os actos administrativos do governo colonial.

Em chegando ali, tratei de dar cumprimento à honrosa commissão com a qual fui immerecidamente distinguido por v. ex.

Regressando a 22 de Dezembro ultimo, dei começo a organização do respectivo relatório que nesta data tenho a honra de passar às mãos de v. exa.

Não é um trabalho completo, quanto ao assumpto, e nem poderia se-lo, pela escassez de tempo para compulsar um archivo de mais de dois séculos. Em todo caso, e a despeito de minha incompetencia, asseguro a v. ex. que procurei, quanto a mim coube, desempenhar-me da obrigação fortalecido pela confiança de v. ex. e inspirado na defesa do nosso incontestável direito.

Por esta occasião, cumpro o grato dever de informar a v. ex. que encontrei na cidade do Recife, e por parte dos ilustrados membros do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, do illustre diretor da biblioteca estadual, dr. Eduardo Tavares, e do seu operoso secretario Candido Eustorgio Ferreira Chavez e do archivista da secretaria do governo, José Joaquim Dias do Rego, o mais delicado acolhimento e a melhor vontade em permitirem me a busca e o exame de documentos existentes nos respectivos archivos.

Dando por concluída a tarefa, e, reassumindo nesta data as funções de membro do Superior Tribuna de Justiça, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a v. exa. os meus protestos de súbita estima e distincta consideração.

Saúde e fraternidade.

O Desembargador,

Vicente Simões Pereira Lemos.

Os papéis velhos

Lemos desbravou os arquivos, procurando, colecionando e encontrando o documento certo para enviá-lo aos amigos Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, os quais, com Ruy Barbosa, defenderiam os limites que pleiteávamos como fronteiras legais entre os dois estados. Senador em 1902, Joaquim Ferreira Chaves, fundador do instituto, tinha 52 anos, exercera a magistratura e carregava uma sólida formação humanística. Apreciava a poesia francesa e dominava o idioma. Também era versado na língua italiana.

Consta que a força empreendedora de Vicente Simões Pereira de Lemos pela questão de limites exigiu outros esforços. Lemos viajou também ao Rio de Janeiro para levar documentos ao árbitro conselheiro Coelho Rodrigues e ao advogado da causa Ruy Barbosa, e foi a Mossoró acompanhar o levantamento da planta da área em litígio.

Vicente Simões Pereira de Lemos tinha 52 anos, formado em direito pela faculdade do Recife, era desembargador há apenas quatro anos e publicaria dois trabalhos de importância para história do Rio Grande do Norte: Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte; e Capitães Mores e governadores do Rio Grande do Norte.

A dedicação e o trabalho de Lemos não parou por aí. Em 1905, é nomeado agente auxiliar do diretor do Arquivo Público Nacional no Rio Grande do Norte por portaria do ministro da

justiça, José Joaquim Seabra; e em 1908, também por portaria, é nomeado para superintender os trabalhos de mudança e remodelação do arquivo do Estado com a necessária catalogação e conveniente acondicionamento dos documentos.

Além disso, integrou bancas examinadoras de exames preparatórios e comissões de parecer sobre livros mandados imprimir por conta do Estado; e empreendeu pesquisa demorada, cuidadosa, que resultou na publicação do primeiro volume de Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte.

E andou pelos jornais com a história. No Capital e em A Republica manteve uma seção, a Papéis Velhos, para discutir e elucidar episódios da história e, sob pseudônimo de Simão Nunes, andou pelas folhas travando polêmicas sobre questões da história. E se firmou nome incontestemente quando o assunto era a história local. Passou a ser procurado e consultado por gente da cidade, do Estado e de fora, para esclarecer questões relativas à história do Rio Grande do Norte.

Augusto Tavares de Lyra havia nascido em Macaíba e também havia estudado na faculdade de direito do Recife. Ao retornar a Natal, passou pela imprensa da cidade, foi redator de A República e professor de história do Atheneu por concurso, e em substituição a Pedro Velho, que viria a ser não só seu padrinho político, mas também seu sogro. Naquele ano de 1902, Lyra casaria com Sofia Eugênia Maranhão, filha de Pedro Velho, testemunha e auxiliar de Lyra à causa. Ele horas e horas escrevendo, debruçado no estudo da questão dos limites, e ela colaborando com a leitura dos documentos históricos.

A correspondência de Tavares de Lyra a Vicente de Lemos é um diário de campo daqueles dias:

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1902

Meu caro Lemos:

Estão em meu poder as certidões e cópias que V. remeteu a Chaves. Teem, incontestavelmente, grande valor. Obrigadíssimo.

Existe no archivo d'aqui uma certidão extrahlda em 1819 dos autos da chamada demarcação Rademarker. Os cearenses apresentaram copia delia à comissão da Camara. A cousa, porem, não tem valor; e proprio Arthur Lemos, no seu curioso e original parecer, concordou com a affirmação que fizemos de que a demarcação nunca existiu. A proposito do perecer: o telegrama que passamos adiantou muito sobre elle; mas se V. o lesse todo cahiria das nuvens. Avalie que o seu homcnymo — um imbecil — diz: “a carta régia não deu limites às duas capitancias, a demarcação nunca se fez e a posse é do Rio Grande do Norte” e, depoh disto, acrescenta que não há inconveniente na approvaçào do projeto dos cearenses. É o cúmulo! Sabe quaes os documentos em que se baseiou? Na representação da Comarca da villa de São José de Ribamar e no plebiscito!... O homem é mêsmo de força. Temos continuado a ganhar terreno. Na própria comissão da Câmara, penso que, — depois da apresentação do voto do Lemos, — ganharemos mais um voto. Confio em minhas forças. Tenho estudado e, com o que já sei da questão, espero dar uma surra de mestre no pessoal. Remetto-lhe uns artigos que sahiram no “Jornal do Comércio”. Ainda não tenho certeza de quem são. Informam-me, porém, que são do Amaro Cavalcanti. Por hoje, basta. Aceite, juntamente com sua Exma. senhora, respeitosos cumprimentos de Sophia e meus. Fica às suas ordens, O Amg°. Obd°. Augt°. Lyra.”

Lyra era um homem prático, econômico, metódico, meticuloso ao ponto de, ao final de cada ano, proceder um balancete de suas receitas e despesas pessoais que escriturava. Sóbrio e ponderado, não partidário da bebida alcoólica, adotava uma alimentação simples e espartana. Mas não dispensava o gosto dos sabores de sua terra e, entre as delícias de sua preferência, apreciava um bom peixe com coco, fritada de camarão, milho verde, pamonha e bolo de mandioca.

Sério, até os amigos mais íntimos e próximos evitavam contar anedotas e pilhérias na sua presença. Pedro Velho, seu

sogro, não menos sério, mas conservando o bom humor que assistia aos Maranhões, quando ousava contar algum fato descontraído, tomava a prudência de verificar se Tavares de Lyra vinha chegando. Se sim, deixava para depois...

Tavares de Lyra, como ele dele mesmo disse, cultivou durante toda vida a mania de colecionar “papéis velhos” e alegava que, infelizmente, a importância dos cargos que ocupou e as responsabilidades das funções que assumiu, não lhe deixavam tempo para eles. Ao que parece, tudo começou nesta empreitada cujo resultado final resultou em ganho de causa para o Rio Grande do Norte e a fundação da instituição mais importante do Estado.

A dedicação e a organização dos fundadores, seus saberes e propostas, consolidaram o instituto e mantiveram ativo por todo século XX e, hoje, inspira os continuadores. O testemunho ficou e a obra permaneceu viva. Tavares de Lyra escrevia a Vicente de Lemos:

Meu caro Dr. Lemos:

Ha cerca de dez annos que dedicámos juntos o melhor da nossa actividade e do nosso esforço ao estudo de velhos documentos com que o Rio Grande do Norte teria de pleitear victoriosamente, perante os tribunaes, os direitos que lhe assistem na sua secular questão de limites com o Ceará; e nessa occasião, quando extrahiamos do pó dos archivos e bibliothecas antiquíssimos e quasi illegiveis manuscriptos, verificámos que um vasto campo, ainda desconhecido, exhibia a ser explorado em proveito da historia da terra hospitaleira onde eu vi a luz do dia e a que V. — nascido embora sob o céo encantador da bella Veneza Americana — tem servido utilmente, desde o início de sua vida pública. A necessidade daquelle momento fez o habito do resto da vida. Terminámos a nossa tarefa; mas ficou o amor ás velharias, que não nos abandonaria jamais. (...)e o “Instituto”, creado por iniciativa sua, archivará carinhosamente o fructo de nossos labores, o attestado da nossa tenaz perseverança.

Pós-escrito

Uma história a ser contada

Dizem que a história se escreve não apenas para pôr luz no passado. Lanterna na popa. Mas para que, recuperando o passado, alcemos o futuro.

A história do instituto é parte da história do Rio Grande do Norte. Alguns artigos, plaquetas, monografias, dissertações e teses já abordaram alguns capítulos e aspectos da sua história. Inúmeros outros trabalhos se serviram do seu acervo e, sem ele, não teriam sido realizados. A história deve muito ao instituto.

A coleção da revista é uma parte dela. Nela, além dos documentos históricos e trabalhos escritos pelos sócios, o resumo das atas, relatórios, discursos e os necrológios (textos biográficos sobre os sócios falecidos), a vida da casa e dos seus.

A coleção da revista foi digitalizada e está disponível online. Foi a partir dela que se escreveu este ensaio. Outras fontes foram os jornais da época e uma conversa informal, rica, instigante, com Edgard Dantas, grande causeur, sócio da instituição e neto do fundador Manoel Dantas, em fevereiro de 2019, no próprio instituto e que serviu para desenhar o retrato de Dantas.

Além disso, alguns volumes de O livro das velhas figuras, de Cascudo, também publicação da instituição; e o irretocável ensaio biográfico sobre Antônio José de Melo e Souza, por Manoel Onofre Jr., também sócio da casa.

De maneira que este trabalho não só começa no instituto e tem a história da instituição como razão de ser, mas também é construído com a sua matéria-prima: o trabalho dos sócios.

Este trabalho, pesquisa e redação, levou janeiro e um verão na praia de Muriú e um fevereiro em Natal, em 2019, portanto, 117 anos depois da criação do instituto. Fica como uma fotografia do possível. A tentativa de recuperar um dia, 29 de março, e um ano, o de 1902, aqueles que vieram a ser os fundadores e a obra: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Gustavo Sobral